



Eleição dos representantes dos educadores de infância e dos docentes dos ensinos Básico e Secundário do Agrupamento de Escolas Muralhas do Minho para o Conselho Municipal de Educação de Valença - (alíneas c), d) e e) do n.º 2 do art. 5.º do Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, com a alteração que lhe foi dada pelo n.º 3 da Lei n.º 41/2003, de 22/08 agosto e Lei 6/2012, de 10/02)

Normas Orientadoras do Procedimento Eleitoral

1. A eleição realiza-se por sufrágio secreto e presencial.

2. São eleitores e elegíveis:

2.1. Para efeitos da *alínea c)* – representante do **ensino secundário público** - todos os docentes aos quais esteja atribuída pelo menos uma turma do ensino secundário (incluindo cursos EFA, de nível secundário) e todos os docentes de disciplinas daquele nível de ensino que se encontrem sem componente letiva e afetos ao Agrupamento de Escolas Muralhas do Minho

2.2. Para efeitos da *alínea d)* – representante do **ensino básico público** - todos os docentes do 1.º ciclo do ensino básico, todos os docentes aos quais esteja atribuída pelo menos uma turma dos 2.º ou 3.º ciclos do ensino básico (incluindo cursos EFA, de nível básico) e todos os docentes destes níveis de ensino que se encontrem sem componente letiva (horário zero) e afetos ao Agrupamento de Escolas Muralhas do Minho.

2.3. Para efeitos da *alínea e)*, todos os **educadores de infância** afetos a estabelecimentos de educação Pré-escolar de escolas não agrupadas ou ao Agrupamento de Escola deste Concelho.

2.4. São ainda elegíveis, para efeitos das alíneas c), d) e e), os docentes que se encontrem a exercer funções nos órgãos de gestão e administração escolar ou noutras estruturas do Agrupamento de Escolas Muralhas do Minho.

2.5. Os docentes do grupo de recrutamento 910, 920 e 930 e aqueles que lecionem turma(s) do 3º Ciclo do Ensino Básico e do Ensino Secundário deverão, previamente à elaboração dos cadernos eleitorais, manifestar a sua opção pelo exercício do seu direito de votar e/ou ser eleito num e só num dos ciclos/níveis de ensino em causa. Em caso algum poderá haver docentes que constem dos cadernos eleitorais de mais do que um ciclo/nível de ensino.

3 – O ato eleitoral é convocado pela Câmara Municipal de Valença até 20 dias úteis antes da sua realização e comunicado ao Agrupamento de Escolas Muralhas do Minho.

4 – O ato eleitoral decorrerá na escola sede do Agrupamento Muralhas do Minho (EB2,3/Secundária de Valença), havendo, para o efeito, uma mesa constituída por um presidente coadjuvado por dois secretários, não podendo funcionar, em caso algum, com menos de dois elementos.

5 - A mesa será nomeada pelo Diretor do Agrupamento de Escolas Muralhas do Minho e funcionará ininterruptamente das 10:00h às 16h:00.

6 – O escrutínio será feito na escola sede do Agrupamento de Escolas Muralhas do Minho. Do ato eleitoral será lavrada pelos membros da mesa uma ata descritiva que, após a confirmação da regularidade do processo eleitoral pelo Diretor do Agrupamento de Escolas, será enviada, no dia seguinte, para a Câmara Municipal, por correio eletrónico para o seguinte endereço [gap@cm-](mailto:gap@cm-valenca.pt)

valenca.pt.

7- O Diretor do Agrupamento de Escolas Muralhas do Minho deverá atualizar e afixar na escola sede os cadernos eleitorais até ao dia da convocatória do ato eleitoral.

8 – A apresentação de candidaturas será formalizada com o preenchimento de um boletim que estará disponível na página web da Câmara Municipal (www.cm-valenca.pt) e na página web do Agrupamento de Escolas(www.muralhasdominho.com).

9 – O candidato remeterá à Câmara Municipal por correio eletrónico para o endereço gap@cm-valenca.pt o formato PDF do boletim de candidatura até 10 dias úteis antes da data marcada para a eleição.

A Câmara Municipal procederá à divulgação dos candidatos junto do Agrupamento de Escolas Muralhas do Minho.

10 – O Diretor do Agrupamento de Escolas promoverá, pelos meios mais expeditos, a divulgação interna das candidaturas.

11 – Os docentes de cada nível de ensino e o educador de infância mais votados neste processo serão os representantes efetivos dos docentes e educadores de infância referidos nas alíneas c), d) e e) do Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, na sua redação atual, no Conselho Municipal de Educação. Os restantes candidatos, ordenados por número decrescente de votos obtidos, serão os representantes suplentes no mesmo Conselho, sendo que a substituição far-se-á nos termos legais. No caso de empate, realiza-se um segundo escrutínio, no prazo máximo de cinco dias úteis.

12 – No prazo máximo de 5 dias úteis, a Câmara Municipal divulgará o resultado final junto do Agrupamento de Escolas Muralhas do Minho e na sua página web.

13 – Após a divulgação dos resultados previstos no ponto 12, haverá um prazo de reclamação de 48 horas. As reclamações devem ser dirigidas ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Valença e entregues no Setor da Educação da Câmara Municipal no prazo estabelecido.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal decidirá sobre as reclamações no prazo máximo de 48 horas, findo o qual, os resultados considerar-se-ão definitivos.

O PRESIDENTE DA CÂMARA



(Jorge Manuel Salgueiro Mendes)